

FICHA TÉCNICA

Título original: *Segno*

Autor: *Umberto Eco*

Copyright © by Herdeiros de Umberto Eco

Tradução: *Maria de Fátima Marinho*

Revisão: *Anabela Macedo/Editorial Presença*

Capa: *Vera Espinha/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo – Artes Gráficas, Lda.*

1.ª edição, Lisboa, 1978

Reimpressão, Lisboa, agosto, 2017

Depósito legal n.º 428 948/17

Reservados todos os direitos

para Portugal à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

ÍNDICE

PREMISSA	11
1. O PROCESSO SÍGNICO	27
1.1. O signo como elemento do processo de comunicação	27
1.2. O signo como elemento do processo de significação	29
1.3. Três maneiras de considerar o signo: semântica, sintática e pragmática	33
1.4. A unidade sígnica mínima	34
2. AS CLASSIFICAÇÕES DOS SIGNOS	38
2.1. Signos que se diferenciam pela fonte	38
2.2. Significação e inferência	39
2.3. Signos diferenciados pelo grau de especificidade sígnica (ou então signos cujo significante se presta a usos não sígnicos)	43
2.4. Signos diferenciados pela intenção e pelo grau de consciência do seu emissor	46
2.5. Signos diferenciados pelo canal físico e pelo aparelho recetor humano	51
2.6. Signos diferenciados em relação com o seu significado	54
2.7. Signos diferenciados pela replicabilidade do significante	58
2.8. Signos diferenciados pelo tipo de ligação pressuposta com o referente	61
2.9. Signos diferenciados pelo comportamento que estimulam no destinatário	68
2.10. As funções do discurso	73
2.11. Tentativa de classificação geral resumida dos signos	75

3. A ESTRUTURA DOS SIGNOS LINGUÍSTICOS	78
3.1. As componentes elementares do signo e as suas articulações	78
3.2. Paradigma e sintagma	79
3.3. Estrutura do fonema: os traços distintivos	80
3.4. O sistema	84
3.5. Sistema e código	85
3.6. Expressão e conteúdo, substância e forma	86
3.7. Os traços semânticos	88
3.8. A análise componencial	90
3.9. O sistema do conteúdo	94
3.10. Língua, Fala, Discurso	97
3.11. Denotação e conotação — Metalinguagem	99
3.12. As articulações dos signos não linguísticos	102
3.13. Os limites do modelo linguístico	105
3.14. Conclusões	106
4. OS PROBLEMAS FILOSÓFICOS DO SIGNO	108
4.1. O homem como animal simbólico	108
4.2. As metafísicas pansemióticas.....	111
4.3. As relações entre signo, pensamento e realidade	116
4.4. O mito da univocidade do signo	153
4.5. O interpretante e a semiose ilimitada	157
5. DELINEAMENTOS DE UMA TEORIA UNIFICADA	
DO SIGNO	161
5.1. Premissa	161
5.2. O sinal	162
5.3. O signo	162
5.4. Lei da progressividade do processo sígnico ou da semiose ilimitada	163
5.5. Natureza relacional do signo	164
5.6. Convencionalidade do signo	165
5.7. O código em sentido restrito	166
5.8. O interpretante	167
5.9. Semiose e referência	168

5.10. Os índices «vetores»	170
5.11. As unidades culturais	172
5.12. Sociabilidade e observabilidade das unidades culturais	175
5.13. O sistema semântico	176
5.14. A denotação	177
5.15. A conotação	178
5.16. O semema	179
5.17. A definição	179
5.18. O código como sistema de sistemas	180
5.19. O semema e o contexto	181
5.20. O sentido	182
5.21. Cultura como sistema de signos	182
5.22. Cultura como segmentação do conteúdo	183
5.23. A produção do signo	183
5.24. A reestruturação dos sistemas semânticos	184
5.25. Descodificação e interpretação	185
5.26. A prática semiótica	186
GUIA BIBLIOGRÁFICO	187
BIBLIOGRAFIA GERAL	193

1

O PROCESSO SÍGNICO

1.1. O signo como elemento do processo de comunicação

1.1.1. O signo é usado para transmitir uma informação, para indicar a alguém alguma coisa que um outro conhece e quer que outros também conheçam. Ele insere-se, pois, num processo de comunicação deste tipo:

fonte-emissor-canal-mensagem-destinatário

Este esquema reproduz de um modo simplificado o que os engenheiros dos telefones elaboraram quando tiveram de estabelecer as condições ótimas de transmissão de informações. De qualquer modo, aplica-se a todos os processos comunicativos. Suponhamos, por exemplo, que nas Filipinas houve um terramoto e que o correspondente de um jornal transmite a notícia por telex. O que aconteceu nas Filipinas é a Fonte, o correspondente é o Emissor, o sistema eletrónico com as suas ondas radiotelevisivas é o Canal, a notícia é a Mensagem e o redator que a recebe é o Destinatário.

Desprezam-se aqui complicações técnicas (há um Sinal elétrico, um aparelho Transmissor e um Recetor, etc.) e algumas possíveis simplificações (no caso de um escritor, Fonte e Emissor praticamente coincidem). Despreza-se igualmente o facto de entre o terramoto e a notícia lida no jornal interferirem mais processos comunicativos (correspondente-redator, redator-diretor, diretor-articulista, articulista-tipógrafo, e assim por diante, até ao leitor).

1.1.2. Deste ponto de vista, a Mensagem equivale ao signo. De facto, uma mensagem pode ser (e quase sempre é) a organização complexa de muitos signos. Mas se considerarmos um processo comunicativo mais elementar (eu que grito /espera/ a um amigo que me chamou), eis que sou o Emissor, praticamente identificado com a Fonte, o ar através do qual viajam as ondas sonoras que eu emiti é o Canal, e a palavra «espera» é a Mensagem, que aqui se identifica com um único signo isolado. Fique claro que o esquema proposto constitui, como já foi dito, uma simplificação e, portanto, não responde ainda a problemas deste tipo: a mensagem é a emissão sonora ou o significado desta emissão? A mensagem são as palavras escritas ou as palavras que posso ler em voz alta e que são emissões sonoras e não traços grafemáticos? Todos estes problemas serão esclarecidos noutras partes deste livro.

1.1.3. Resta ainda acrescentar uma coisa ao nosso esquema: o meu amigo só compreende o signo /espera/ se falar português; se, por acaso, não conhecer a minha língua, receberá uma entidade sonora indiferenciada, mas não compreenderá o significado. Existe, pois, entre Emissor e Destinatário um Código em comum e, por isso, uma série de regras que atribui ao signo um significado.

Expondo esta exigência passámos a um outro ponto de vista classificatório: o signo não é apenas um elemento que entra num processo de *comunicação* (posso também transmitir e comunicar uma série de sons privados de significado), mas é também uma entidade que entra num processo de *significação*.

1.1.4. Um processo de comunicação em que não exista Código, e em que não exista, portanto, significação, reduz-se a um processo de *estímulo-resposta*. Os estímulos não satisfazem uma das mais elementares definições do signo, a de que ele *está em lugar de outra coisa*. O estímulo não está por outra coisa, mas provoca diretamente essa outra coisa. Uma luz muito forte que me obriga a fechar imediatamente os olhos é diversa de uma ordem verbal que me mande fechar os olhos. No primeiro caso, fecho os olhos sem refletir, no segundo

sou levado, antes de mais, a compreender a ordem e, por isso, a decodificar a mensagem (processo sgnico) e depois a decidir se hei de obedecer (processo volitivo, que sai da competência da semiótica). Neste sentido, é um estímulo o som da campainha que leva o co da experiência de Pavlov a salivar, como se estivesse para chegar aquela comida que durante algum tempo foi associada ao tinido da campainha. A campainha não está em lugar da comida: não é por acaso que se fala de «reflexo condicionado». Seria diferente se um ser humano tivesse compreendido que o tinido precede a chegada da comida: o tinido seria então um indício da comida ou, como no caso do sinal militar do rancho, um signo artificial tão verdadeiro e tão exato como um anúncio verbal. Os estudiosos de zoosemitica (Sebeok, 1968, 1972) admitem que os animais têm processos sgnicos. Diremos que o apito seria signo para o co se ele se comportasse como o co de uma conhecida anedota, o qual, para ter comida, ia todos os dias ao instituto Pavlov, punha-se a salivar e logo um psicólogo «condicionado» fazia soar uma campainha e lhe trazia um prato de sopa. O que equivale a dizer que os processos sgnicos são são quando reversíveis, como todos os processos intelectuais (Piaget, 1968): pode-se passar do signo ao seu referente quando se é capaz de efetuar têm o caminho inverso; quando isso acontece, sabe-se não são que se há fumo há fogo, mas têm que se há fogo há fumo.

1.2. O signo como elemento do processo de significo

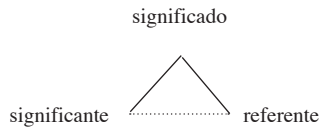
1.2.1. Esta segunda maneira de classificar o signo é menos óbvia do que a precedente. De facto, temos o exemplo de civilizações primitivas ou de comportamentos aberrantes em que as distinções que se seguem não são tão claras. Alude-se a isto quando se diz que em certos contextos culturais as palavras se identificam com as coisas, ou que *nomina sunt numina*. Apesar de esta distinção já se apresentar no pensamento grego dos séculos áureos, em Platão e Aristóteles, ela são  esclarecida de modo sistemático pelos Estoicos. Para eles, em cada processo sgnico dever-se-ia distinguir:

o *semainon*, ou o signo no verdadeiro e exato sentido da palavra, considerado como entidade física;

o *semainomenon*, ou o que é dito pelo signo e que não representa uma entidade física;

o *pragma*, isto é, o objeto a que o signo se refere e que é de novo uma entidade física, ou então um acontecimento ou uma ação.

1.2.2. Esta distinção foi proposta várias vezes, com nomes diversos, no decurso da história da filosofia da linguagem e da linguística e — como veremos — é muito grosseira e deve ser corrigida por uma investigação semiótica rigorosa. Retomá-la-emos, contudo, como ponto de partida para o discurso que vem a seguir, e forneceremos de uma vez por todas alguns termos em que nos apoiaremos, dando-lhes a forma de um triângulo, como já foi feito por vários autores.



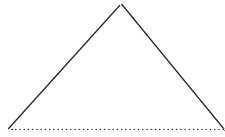
Pensemos no signo /cavalo/. Escrevemo-lo entre barras porque a partir deste momento usaremos este artifício gráfico para indicar um signo assumido na sua forma significante. O significante /cavalo/ não significa nada para um esquimó que não conheça o português (que não possua o nosso código). Se lhe quiser explicar qual é o significado de /cavalo/, posso dar-lhe a tradução do termo na sua língua, ou então definir-lhe um cavalo, como faz um dicionário ou uma enciclopédia, ou ainda fazer-lhe o desenho de um cavalo. Como veremos depois, todas estas soluções implicam que em lugar do significante a explorar eu lhe ofereça outros significantes (verbais, visuais, etc., a que chamaremos *interpretantes* do signo): mas em todos os casos a experiência diz-nos que a certa altura ele compreenderá o que significa /cavalo/. Alguns pensam que na sua mente se formou uma «ideia» ou um «conceito»; outros dizem que terei estimulado nele uma «disposição para responder», pelo que ele me trará talvez um cavalo verdadeiro, ou então

pôr-se-á a relinchar para mostrar que compreendeu. De qualquer modo, é claro que, estando na posse do código, quer dizer, de uma elementar regra de significação, ao significante /cavalo/ corresponderá para ele, como para mim, uma entidade ainda não definida, o significado, que escreveremos entre aspas como «cavalo» (uma das dificuldades da linguagem verbal é que habitualmente para indicar um significado usa-se a mesma forma do significante; seria mais correto dizer que ao significante /cavalo/ corresponde um significado «X»). De qualquer modo, todo este processo de significação se pode verificar, mesmo que não esteja presente nenhum cavalo. O cavalo presente ou todos os cavalos que já existiram, que existem e que existirão no mundo, são indicados como referente do significante /cavalo/. Quem quer que seja que tenha um mínimo de bom senso dar-se-á conta de quanto é ambígua esta noção de referente, embora esse mínimo de bom senso também lhe permita concluir que por agora ela constitui o modo mais cómodo de dar conta de um facto que comprovamos todos os dias: isto é, que a maior parte das vezes, emitindo signos, pensamos indicar coisas. O triângulo, como se viu, apresenta uma linha tracejada entre significante e referente; e isto porque a ligação entre estas duas entidades é muito obscura. Antes de mais, é muitas vezes arbitrária, no sentido de que não há nenhuma razão para chamar ao cavalo /cavalo/, em vez de /horse/, como fazem os ingleses. Em segundo lugar, porque se pode usar o significante /cavalo/ não só na ausência de um cavalo, mas também mesmo se nunca tivessem existido cavalos. De facto, o significante /unicórnio/ existe, até porque o pude escrever nesta página; o significado «unicórnio» é bastante claro para quem esteja familiarizado com a mitologia, a heráldica, as lendas medievais; mas o referente unicórnio nunca existiu.

1.2.3. As objeções que se possam fazer a esta classificação já ultrapassam o bom senso, pelo que as desprezamos agora. Limitar-nos-emos a fornecer uma nova versão do triângulo, na qual assinalaremos, em cada vértice, as diversas categorias usadas pelos diversos classificadores:

interpretante (Peirce)
 referência (Ogden-Richards)
 sentido (Frege)
 intenção (Carnap)
designatum (Morris, 1938)
significatum (Morris, 1946)
 conceito (Saussure)
 conotação, *connotatum* (Stuart Mill)
 imagem mental (Saussure, Peirce)
 conteúdo (Hjelmslev)
 estado de consciência (Buyssems)

signo (Peirce)
 símbolo (Ogden-Richards)
 veículo sógnico (Morris)
 expressão (Hjelmslev)
representamen (Peirce)
 sema (Buyssems)



objeto (Frege-Peirce)
denotatum (Morris)
 significado (Frege)
 denotação (Russell)
 extensão (Carnap)

Como se vê, o bom senso concorda com uma tripartição, mas não com o nome a dar aos seus três polos. Alguns chegam a chamar /significado/ ao que nós chamamos objeto, e a chamar /sentido/ ao que nós chamamos /significado/. Às vezes, são apenas puras divergências terminológicas, outras vezes, as divergências terminológicas encerram diferenças radicais de pensamento. Aclarar todas estas alternativas classificatórias significa fazer uma vasta e polêmica história da semântica. Pelo que só examinaremos algumas no decurso das páginas que seguem. Há, todavia, um ponto que nos deixa perplexos: o que é, nesta classificação, o Signo? É a entidade à esquerda do triângulo? Se seguirmos Saussure (Saussure, 1916), veremos que o signo é uma entidade com duas faces, composta de significante e significado (enquanto o referente, o lado direito, não tem nenhuma pertinência para a linguística). Mas a posição saussuriana vai além do uso comum.

Além disso, na medida em que (como veremos) um significante pode remeter para vários significados, esta pressuposta unidade — que é o signo — torna-se bastante problemática, e muitas vezes dissolve-se numa rede de correlações em contínua reestruturação. Por outro lado, também nos discursos filosóficos /signo/ é quase sempre usado como sinónimo de «significante», isto é, como «qualquer coisa que está por

outra coisa». Por isso, todas as vezes que não precisarmos de seguir um uso diverso, usaremos /signo/ como «significante». Em teoria, nem sequer deveríamos usar o termo /signo/, tanto este é ambíguo e enganador. Mas a definição do dicionário, que reproduz a ambiguidade do uso comum, sugere-nos que, sob a ambiguidade, deve existir uma série de constantes semióticas que, por comodidade, denominaremos /signo/.

1.2.4. Uma coisa é certa: de uma classificação do signo como elemento do processo de significação verifica-se sempre que o signo é entendido como *alguma coisa que está em lugar de outra*, ou por outra. Peirce define-o como «something which stands to somebody for something in some respect or capacity» (Peirce, 1931, 2.228), definição que se pode traduzir como: *algo que aos olhos de alguém significa outra coisa em alguma circunstância ou competência*. «Em alguma circunstância» significa que o signo não representa a totalidade do objeto, mas — por via de abstrações diversas — o representa *de um certo ponto de vista* ou *com o fim de um certo uso prático*.

1.3. Três maneiras de considerar o signo: semântica, sintática e pragmática

Morris (1946) propôs uma distinção entre os modos de considerar o signo que foi depois largamente adotada no domínio científico. O signo pode ser visto em três dimensões:

semântica, o signo é considerado em relação àquilo que significa;
sintática, o signo é considerado enquanto inserível em sequências de outros signos, com base em regras de combinação; às vezes por «sintática» também se entende o estudo da estrutura interna da parte significante do signo (por exemplo, a divisão de uma palavra em unidades menores), independentemente do significado veiculado e até quando se supõe que existem signos que não veiculam significados (cf. 2.6.6.);
pragmática, o signo é considerado quanto às próprias origens, aos próprios efeitos sobre os destinatários, aos usos que dele se fazem,

etc. Esta terceira dimensão é mais obscura, como se verá em 4.4.4. O facto de a palavra /morte/ evocar em mim um sentimento de temor é um fenómeno pragmático ou depende do poder semântico do termo?

De qualquer modo, ainda que discutível e desorientadora, esta distinção tem as suas razões de emprego, e como tal a registamos.

1.4. A unidade sígnica mínima

1.4.1. Parece muito difícil estabelecer qual é a unidade mínima num signo: disse-se que são signos as chamadas «palavras», mas que também são signos as letras alfabéticas que as compõem: serão também signos os sons articuláveis a que as letras se referem e que compõem as palavras? E se quer um ponto quer uma curva são signos, então um alvo (composto de curvas concêntricas e um ponto central) será um signo único ou a combinação de mais signos? E o que significam os círculos do alvo, tomados isoladamente? E se é um signo a palavra /signo/, então que será a expressão /*per filo e per segno*/? Se a expressão /*aqui*/ é um signo que significa aproximadamente «o lugar exato em que estou», a expressão /*vem aqui*/ dita por outrem é um complexo de signos ou um único signo? E se é composta por muitos signos, o que é que significa /*aqui*/ naquela expressão?, «o lugar exato em que estou»?; certamente, do ponto de vista não de quem fala, mas do ponto de vista de quem ouve, significa «o lugar exato em que ele está», deste modo a compreendo, se me movo para obedecer à ordem. E, finalmente, não será esta expressão um signo único, dado que, sendo signo na aceção (10), pode ser traduzida por um único signo na aceção (5), isto é, um gesto?

1.4.2. O problema apresentava-se aos gramáticos e aos linguistas da Antiguidade. Aristóteles, por exemplo, distinguia entre:

onoma, signo que por convenção significa uma coisa, como /*filão*/ ou /*navio*/;

rema, signo que também significa uma referência temporal, como /é são/ (um *rema* é também sempre um *onoma*, enquanto um *onoma* não é necessariamente um *rema*);

logos, ou um signo complexo, um discurso inteiro significativo.

1.4.3. A par desta distinção, que encontramos em *Sobre a interpretação, na poética e na retórica*, Aristóteles tinha também identificado os *syndesmoi*, que poderiam corresponder ao artigo, à preposição, ao advérbio, a todos os signos cujo significado não é autónomo mas estabelecido pelo contexto (não sei o que significa /a/ até o ver inserido em expressões como /vou a casa/, /eu dou uma coisa a ti/ ou então /alimento-me a pão e água/). Esta observação é retomada pelos estoicos e depois, definitivamente, pelos gramáticos medievais, que distinguem entre signos *categoremáticos* e signos *sincategoremáticos*: pelo que /casa/ é um *categorema* (assim como /ir/), enquanto /a/ é um *sincategorema*.

1.4.4. Inútil será dizer que os gramáticos gregos também tinham individualizado aqueles signos que são as flexões e que acrescentam indubitavelmente um significado ao nome. Em latim /lupus/ é um *onoma*, mas as desinências /us/ ou /um/ são igualmente signos, porque estabelecem se estou a fazer alguma coisa ao lobo, ou se é o lobo que faz alguma coisa.

1.4.5. Os estoicos complicam depois este discurso distinguindo o significado do significante, chamando ao significado *lekton* e subdividindo o *lekton* em *incompleto* e *completo*: o que é significado por um nome ou por um *rema* é um *lekton* incompleto, enquanto a expressão /Sócrates é um homem/ é um *axioma*, isto é, um *lekton* completo.

1.4.6. Reencontraremos estas subdivisões dos signos registadas por Morris em 2.9. É um facto que já os antigos se tinham interrogado sobre a unidade sígnica mínima e estabelecido que *de qualquer modo* todas estas eram signos. Perante tal problema, a atitude mais cómoda parece ser a de reconhecer que existem signos simples e signos *complexos*.

Os signos complexos são obviamente os compostos por signos simples: fica em aberto o problema de saber se o significado de um signo complexo é simplesmente a soma do significado dos signos simples.

Buysens procura aclarar esta distinção falando de signos e de *semas*. A unidade portadora de significado é o sema, uma expressão que comunica um estado de consciência meu a outrem: /vem aqui/ é um sema, e tem um significado; /aqui/, por si só, não tem significado, e só tem um *valor*:

«Um signo não tem significação; uma seta, separada dos letreiros de sinalização rodoviária, recorda-nos semas que dizem respeito às direções dos veículos; mas, por si só, esta seta não permite a concretização de um estado de consciência: para o fazer terá de ter uma certa cor, uma certa orientação e figurar num certo letreiro colocado num certo lugar; é o que acontece com a palavra isolada, como, por exemplo, *mesa*: ela aparece-nos como membro virtual de diversas frases em que se fala de coisas diversas; mas por si só não permite reconstruir o estado de consciência de que se fala» (Buysens, 1943, pág. 38).

Por agora, todavia, e enquanto nos mantivermos no âmbito do uso comum, decidimos definir como /signo/ qualquer entidade mínima que pareça ter um significado preciso. É verdade que o /aqui/ de /vem aqui/ por si só não parece ter um significado preciso. É verdade que a resposta /aqui/ à pergunta /onde está?/ só tem sentido porque implica a pergunta como seu pressuposto (de facto, trata-se de um sema abreviado, que deveria soar, /eu estou aqui/). Mas também é verdade que se na escola pergunto a um aluno a diferença que há entre /aqui/ e /ali/, o aluno está à altura de exprimi-la: isto é, fornece-me por meio de uma definição o *significado* de /aqui/. Significado genérico, com muitos usos e colocações, mas significado.

Peirce (2.243 sg.) definiu unitariamente como signos:

o *Rema*, que é variamente definido como um termo simples ou então como uma descrição, outras vezes como uma função proposicional no sentido da lógica contemporânea;

o *Dicisigno*, que é uma proposição como /Sócrates é mortal/;
o *Argumento*, que é um raciocínio complexo, como um silogismo.

É sem dúvida arriscado considerar signo um discurso verídico como o silogismo; mas é menos arriscado considerar como signo unitário, em certas circunstâncias, um *dicisigno*, na medida em que, por exemplo, um signo visual como a fotografia de um homem tem uma função semântica unitária (representa Fulano) mas, ao mesmo tempo, pode ser traduzido numa proposição como «Fulano com os óculos, vestido de escuro, sorri», etc. Algures, Peirce, ao definir um signo linguístico arbitrário (dito Símbolo), diz que tanto são signos uma palavra como um livro inteiro.

Para não alargarmos demasiado a categoria de Signo, decidimos nas páginas que seguem (salvo as restrições constantemente explicitadas) distinguir os signos — simples e complexos — dos enunciados ou asserções. /Chávena/ é um signo simples; /a chávena de café/ é um signo complexo. Os lógicos diriam que o primeiro é um *nome* e o outro uma *descrição*, e nenhum deles significa factos que possam ser verdadeiros ou falsos, mas denota simplesmente uma coisa. Pelo contrário /aquela chávena de café está partida/ já é um *enunciado* que significa uma coisa verdadeira ou falsa, composto por vários signos. Nesse sentido, um livro, que é composto por muitas asserções, só pode ser considerado um símbolo (como sugere Peirce) por extensão: com efeito, é já uma longa cadeia de signos diversamente combinados.